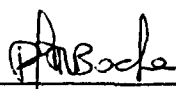


ILMO. SR. DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL


Paulo Jorge Mendes Bacha
ATRFB - Matr. 09554
DRF - Campo Grande - MS
19/06/17

Dossiê 10010.032364/0617-19

PROCESSO Nº 0140100.2017.2121027

AUTO DE INFRAÇÃO – MODELO I: MULTAS POR ATRASO NA ENTREGA DA GFIP
Ciência em 18/05/2017

AGM CONSULTORIA CONTÁBIL EIRELI – ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 04.636.037/0001-61, por seu estabelecimento localizado na Avenida Presidente Ernesto Geisel, nº 2417, no bairro Vila Afonso Pena JR, Município Campo Grande, Estado do Mato Grosso do Sul, CEP nº 79.006-820 (Tel.: 67 3331-5839), por seu representante legal que esta subscreve, não se conformando o conteúdo do Auto de Infração acima referido, lavrado pelo Sr Edson Ishikawa, Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil, do qual foi notificado, eletronicamente, em 10/05/2017, vem, mui respeitosamente e de forma tempestiva, com observância do prazo legal de 30 (trinta) dias, com amparo no que dispõe o art. 15 do Decreto nº 70.235/72 – REGULAMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL - PAF, apresentar sua impugnação, pelos motivos de fato e de direito que se seguem (art. 16, inciso III, do Dec.70.235/72):

I – OS FATOS

A Empresa ora IMPUGNANTE, de forma correta e sem nenhuma prévia notificação por parte da Fiscalização Federal, entregou, espontaneamente, as GFIPs referentes às competências do mês de 04, 11 e 13/2012, e a Receita Federal do Brasil, multou a mesma como consta no Auto de Infração mencionado em epígrafe e que ora está sendo apresentado em anexo à presente peça de defesa, pedindo a impugnação por medida legal e de justiça, a IMPUGNADA se ampara no disposto no **art. 32-A da Lei nº 8.212/1991, na redação dada pela Lei 11.941/2009**, para se fundamentar e cobrar uma multa pelo cumprimento mensal extemporâneo dessa obrigação acessória autônoma que, além de estar eivada do vício da exorbitância e total desproporcionalidade, já se encontra prescrita, uma vez que, entre as datas elencadas com sendo de efetiva entrega a destempo dessas Guias e a respectiva ciência dessa autuação, já restaram passados mais de 5 (cinco) anos.

II - O DIREITO

II.1 – O QUE DIZ O ART. 32-A DA LEI 8.212/91, NA REDAÇÃO DADA PELA LEI 11.941/2009, JÁ INCORPORADO À IN 971/09?

No presente e recente Auto de Infração que restou encaminhado à empresa ora Impugnante, com ciência por AR, onde consta a cobrança de Multas Mínimas que acabaram por corresponder ao montante de R\$ 1.500,00 (Hum mil e quinhentos Reais), que foi aplicada pela Receita Federal do Brasil, em razão da não entrega tempestiva ou mesmo da entrega com omissões ou erros, por mês ou fração de mês em que ocorreu esse envio extemporâneo da **GUIA DE RECOLHIMENTO DO FGTS E INFORMAÇÕES À PREVIDÊNCIA SOCIAL – GFIP** -, tem fulcro nos seguintes dispositivos legais da:

“LEI 8.212, DE 24/07/1991

Art. 32-A. O contribuinte que deixar de apresentar a declaração de que trata o inciso IV do caput do art. 32 desta Lei no prazo fixado ou que a apresentar com incorreções ou omissões será intimado a apresentá-la ou a prestar esclarecimentos e sujeitar-se-á às seguintes multas: (Incluído pela Lei nº 11.941, de 2009).

I – de R\$ 20,00 (vinte reais) para cada grupo de 10 (dez) informações incorretas ou omitidas; e (Incluído pela Lei nº 11.941, de 2009).

II – de 2% (dois por cento) ao mês-calendário ou fração, incidentes sobre o montante das contribuições informadas, ainda que integralmente pagas, no caso de falta de entrega da declaração ou entrega após o prazo, limitada a 20% (vinte por cento), observado o disposto no § 3º deste artigo. (Incluído pela Lei nº 11.941, de 2009).

§ 1º Para efeito de aplicação da multa prevista no inciso II do caput deste artigo, será considerado como termo inicial o dia seguinte ao término do prazo fixado para entrega da declaração e como termo final a data da efetiva entrega ou, no caso de não-apresentação, a data da lavratura do auto de infração ou da notificação de lançamento. (Incluído pela Lei nº 11.941, de 2009).

§ 2º Observado o disposto no § 3º deste artigo, as multas serão reduzidas: (Incluído pela Lei nº 11.941, de 2009).

I – à metade, quando a declaração for apresentada após o prazo, mas antes de qualquer procedimento de ofício; ou (Incluído pela Lei nº 11.941, de 2009).

II – a 75% (setenta e cinco por cento), se houver apresentação da declaração no prazo fixado em intimação. (Incluído pela Lei nº 11.941, de 2009).

§ 3º A multa mínima a ser aplicada será de: (Incluído pela Lei nº 11.941, de 2009).

I – R\$ 200,00 (duzentos reais), tratando-se de omissão de declaração sem ocorrência de fatos geradores de contribuição previdenciária; e (Incluído pela Lei nº 11.941, de 2009).

II – R\$ 500,00 (quinhentos reais), nos demais casos. (Incluído pela Lei nº 11.941, de 2009).

“INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 971, DE 13/11/2009

DOU DE 17/11/2009

Art. 1º Dispor sobre normas gerais de tributação das contribuições sociais destinadas à Previdência Social e das contribuições destinadas a outras entidades ou fundos; e estabelecer os procedimentos aplicáveis à arrecadação dessas contribuições pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB).

TÍTULO I
DAS OBRIGAÇÕES PREVIDENCIÁRIAS

Art. 474. Nas situações abaixo, cada competência em que seja constatado o descumprimento da obrigação, independentemente do número de documentos não entregues na competência, é considerada como uma ocorrência:

I - GFIP ou GRFP não entregue na rede bancária, a partir da competência janeiro de 1999;

II - GFIP ou GRFP entregue com dados não correspondentes aos fatos geradores de todas as contribuições sociais.

Parágrafo único. A GFIP tratada nos incisos I e II do caput deve ser considerada como um documento único, independentemente da quantidade de documentos entregues nos termos do Manual da GFIP, e ainda que se refiram a estabelecimentos distintos, sendo que:

I - caso haja informação a ser prestada, a entrega de qualquer GFIP, inclusive a sem movimento, descaracteriza, exclusivamente para a competência a que se refere, a infração prevista no inciso I do caput, devendo, nos casos em que haja omissão de fatos geradores, ser caracterizada a infração prevista no inciso II do caput;

II - caso não haja informação a ser prestada, a entrega da GFIP sem movimento tem validade para a competência a que se refere e para as seguintes, até a competência imediatamente anterior àquela na qual tenha ocorrido fato gerador de contribuições previdenciárias.

Subseção I
Das Multas

Art. 476. O responsável por infração ao disposto no inciso IV do art. 32 da Lei nº 8.212, de 1991, fica sujeito à multa variável, conforme a gravidade da infração, aplicada da seguinte forma, observado o disposto no art. 476-A: (Nova redação dada pela IN RFB nº 1.027/2010)

II - para GFIP não entregue relativa a fatos geradores ocorridos a partir de 1º de novembro de 2008, bem como para GFIP entregue a partir de 4 de dezembro de 2008, fica o responsável sujeito a multa variável aplicada da seguinte forma: (Nova redação dada pela IN RFB nº 1.027/2010)

a) R\$ 20,00 (vinte reais) para cada grupo de até 10 (dez) informações incorretas ou omitidas; e

b) 2% (dois por cento) ao mês-calendário ou fração, incidente sobre o montante das contribuições informadas, ainda que integralmente pagas, no caso de falta de entrega da declaração ou entrega após o prazo, limitada a 20% (vinte por cento), observado o disposto no § 7º.

.....
§ 5º Para efeito de aplicação da multa prevista na alínea "b" do inciso II do caput, será considerado como termo inicial o dia seguinte ao término do prazo fixado para entrega da declaração, e como termo final, a data da efetiva entrega ou, no caso de não apresentação, a data da lavratura do Auto de Infração ou da Notificação de Lançamento.

§ 6º As multas previstas nas alíneas "a" e "b" do inciso II do caput, observado o disposto no § 7º, serão reduzidas:

I - à metade, quando a declaração for apresentada depois do prazo, mas antes de qualquer procedimento de ofício; ou

II - a 75% (setenta e cinco por cento), se houver apresentação da declaração no prazo fixado em intimação.

§ 7º A multa mínima a ser aplicada será de:

I - R\$ 200,00 (duzentos reais), tratando-se de omissão de declaração sem ocorrência de fatos geradores de contribuição previdenciária; e

II - R\$ 500,00 (quinhentos reais), nos demais casos.

.....

Art. 476-A. No caso de lançamento de ofício relativo a fatos geradores ocorridos: (Incluído pela IN RFB nº 1.027/2010)

.....

II - a partir de 1º de dezembro de 2008, aplicam-se as multas previstas no art. 44 da Lei nº 9.430, de 1996. (Incluído pela IN RFB nº 1.027/2010)

§ 1º Caso as multas previstas nos §§ 4º, 5º e 6º do art. 32 da Lei nº 8.212, de 1991, em sua redação anterior à dada pela Lei nº 11.941, de 2009, tenham sido aplicadas isoladamente, sem a imposição de penalidade pecuniária pelo descumprimento de obrigação principal, deverão ser comparadas com as penalidades previstas no art. 32-A da Lei nº 8.212, de 1991, com a redação dada pela Lei nº 11.941, de 2009. (Incluído pela IN RFB nº 1.027/2010)

§ 2º A comparação de que trata este artigo não será feita no caso de entrega de GFIP com atraso, por se tratar de conduta para a qual não havia antes penalidade prevista. (Incluído pela IN RFB nº 1.027/2010)

.....

E é nessa mesma IN RFB 971/2009 que há um dispositivo que faz referência à aplicabilidade do benefício da **DENÚNCIA ESPONTÂNEA**, como segue:

"INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 971/2009

TÍTULO I

DAS OBRIGAÇÕES PREVIDENCIÁRIAS

Seção IV

Do Auto de Infração

.....

Art. 472. Caso haja DENÚNCIA ESPONTÂNEA DA INFRAÇÃO, não cabe a lavratura de Auto de Infração para aplicação de penalidade pelo descumprimento de obrigação acessória.

Parágrafo único. Considera-se denúncia espontânea o procedimento adotado pelo infrator que regularize a situação que tenha configurado a infração, antes do início de qualquer ação fiscal relacionada com a infração, dispensada a comunicação da correção da falta à RFB.

Mas PORQUE a RFB não admite a aplicação desse instituto da DENÚNCIA ESPONTÂNEA EM NENHUMA SITUAÇÃO DE IRREGULARIDADE OU INTEMPESTIVIDADE DA ENTREGA DA GFIP, MESMO QUANDO JÁ DEVIDAMENTE RECOLHIDO O FGTS E AS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS ALI INSERIDOS E ANTES DE SE INICIAR QUALQUER PROCEDIMENTO DE FISCALIZAÇÃO POR PARTE DA RECEITA FEDERAL?

Nesse ponto, faz-se **IMPORTANTE** ressaltar que **essa avalanche de aplicação dessas multas da GFIP de R\$ 500,00 por mês ou fração de mês**, em razão da infração tributária de entrega em atraso da GFIP, **somente aconteceu, de forma automática, como reflexo da recente integração dos sistemas da Receita Federal com os da Receita Previdenciária.**

II.2 – DA QUESTÃO DA DENÚNCIA ESPONTÂNEA

A denúncia espontânea de infrações é instituto consagrado no Direito Tributário Brasileiro.

Está descrito no artigo 138 do Código Tributário Nacional e caracteriza-se por ser uma espécie de benesse legal para aqueles que cometeram ilícitos tributários, mas temem que a Administração Tributária venha a descobrir e punir severamente tais atos.

Art. 138. A responsabilidade é excluída pela denúncia espontânea da infração, acompanhada, se for o caso, do pagamento do tributo devido e dos juros de mora, ou do depósito da importância arbitrada pela autoridade administrativa, quando o montante do tributo dependa de apuração.

Parágrafo único. Não se considera espontânea a denúncia apresentada após o início de qualquer procedimento administrativo ou medida de fiscalização, relacionados com a infração.

Trata-se da instauração de um verdadeiro conflito psicológico entre contribuinte e Fisco, de modo que, ante a possível imposição de sanção, vê-se o sujeito passivo impelido a confessar a prática das infrações e, com isso, ver-se livre das pesadas multas tributárias.

A gênese do instituto está na constatação inequívoca de que o ser humano, diante de certas regras dotadas de menor legitimidade social, só as cumpre quando ameaçados pela sanção estatal. Assim ocorre com os tributos que, face à ineficiência estatal na aplicação dos recursos, são considerados pela sociedade como verdadeiro estorvo, que deve ser tolerado e, se possível, excluído.

II.3 – DA QUESTÃO DA MULTA CONFISCATÓRIA

Diversos são as demandas que vem ganhando repercussão no nosso Poder Judiciário Federal e na mídia, como o recente julgamento proferido no AgRg no RExt 833.106/GO, em que o relator, ministro Marco Aurélio, limitou em 100% sobre o valor do tributo o percentual da multa imposta a uma empresa goiana.

Desta forma, o STF vem exteriorizando a imposição de um limite ao percentual da multa, de modo que as penalidades que ultrapassem 100% acabariam por violar o princípio do não confisco.

Quando há tributo não recolhido e uma multa a ser aplicada sobre esse valor, há ao menos um limite máximo para se considerar legítima a imposição de multa.

A esse respeito, o próprio STF, através do **voto do ministro Celso de Mello, no RExt 754.554/GO, adotou posicionamento de que mesmo uma multa de 25% pode ser declarada confiscatória, caso ultrapasse o valor da própria obrigação.**

Inúmeras são as demandas que vem sendo submetidas ao superior exame do nosso Poder Judiciário, uma vez que a CF apenas proibiu o efeito confiscatório (art. 150, IV), não estabelecendo qual seria o limite para não se chegar ao confisco. A título de comparação, a CF/34 (art. 184, parágrafo único) estabeleceu em 10% (dez por cento) sobre o valor do débito o limite para as multas moratórias.

Desta forma, em consonância com o entendimento que, até então, vem sendo adotado pelo Supremo, confiscatória seria a multa aplicada de forma desarrazoada, que comprometa o patrimônio ou exceda o limite da capacidade contributiva da empresa/pessoa.

Ocorre que, diante da ausência de definição constitucional e legal do que seria “confisco” em matéria tributária, fica a cargo dos tribunais avaliarem os excessos praticados pelo Fisco, considerando caso a caso, sempre observando o princípio da razoabilidade e da proporcionalidade.

A vedação representa um limite material ao exercício da competência tributária, inspirado nas ideias de moderação, razoabilidade e proporcionalidade. Vedar o confisco é, nessa linha, impedir a destruição da propriedade privada (artigo 5º, XXII) pelo sistema tributário e proteger a liberdade de iniciativa (artigo 170, caput).

No presente Auto de Infração por Multas da GFIP, é possível constatar que o valor do débito envolvido em cada mês de GFIP espontaneamente entregue em atraso, é, mês a mês, muito superior ao valor mínimo de R\$ 500,00 (quinhentos reais) que está sendo cobrado pela RFB, o que é inadmissível, face às retrocitadas considerações.

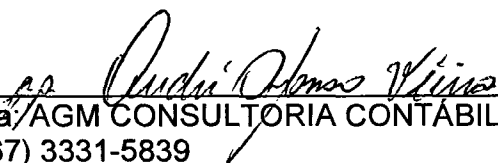
III - DA CONCLUSÃO

À vista de tudo o que ora restou exposto, vem, então, a ora Impugnante, demonstrada a insubsistência e improcedência da presente autuação fiscal, face ao incontestado desrespeito aos institutos constitucionais tributários da PRESCRIÇÃO QUINQUENAL, da DENÚNCIA ESPONTÂNEA e da VEDAÇÃO DO CONFISCO, requerer para que seja acolhida a presente peça de impugnação para o fim de assim ser decidido, cancelando-se, na sua totalidade, o débito fiscal que ora está sendo, indevidamente, reclamado.

Termos em que,

Pede deferimento.

Campo Grande/MS, 19 de Junho de 2017.



Empresa: AGM CONSULTORIA CONTÁBIL EIRELI - ME
Fone: (67) 3331-5839



Transformação de Sociedade Limitada para Empresa Individual de Responsabilidade Limitada EIRELI

ALTERAÇÃO CONTRATUAL N.º 4

DE TRANSFORMAÇÃO EM EIRELI

Nome empresarial da sociedade LTDA: AGM SERVIÇOS LTDA ME

REINALDO PEREIRA DA SILVA, brasileiro, casado pelo regime comunhão parcial de bens, contador, nascido em Campo Grande em 24 de agosto de 1.978, CPF nº 805.184.431-91, portador da cédula de identidade RG sob o nº 791.846 SSP/MS, CRC MS-006811/O-8, residente e domiciliado à Av. Presidente Ernesto Geisel, nº 2417, Vila Afonso Pena Jr., CEP: 79.006-820 Campo Grande/MS. Na condição de único sócio da empresa **AGM SERVIÇOS LTDA - ME**, instalada a Av. Presidente Ernesto Geisel, nº. 2417, Vila Afonso Pena Jr, CEP: 79.006-820, Campo Grande – MS, inscrita no CNPJ sob o n.º 04.636.037/0001-61, registrada na Junta Comercial do Estado de Mato Grosso do Sul sob o n.º. 54200733791 em 29/08/2001. Resolve transformar a Sociedade Limitada em **EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA**, a qual regerá, doravante, pelo presente **ATO CONSTITUTIVO**:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Fica transformada esta Sociedade Limitada em Empresa Individual de Responsabilidade Limitada - EIRELI, passando a denominação social a ser **AGM CONSULTORIA CONTÁBIL EIRELI**, com sub-rogação de todos os direitos e obrigações pertinentes.

CLÁUSULA SEGUNDA – O capital é de R\$ 5.000,00, totalmente integralizado, é aumentado para R\$ 78.800,00 (SETENTA E OITO MIL E OITOCENTOS) dividido em 78.800 (SETENTA E OITO MIL E OITOCENTAS) quotas de valor nominal de R\$ 1,00 (UM REAL), cujo aumento é integralizado, neste ato, passa a constituir o capital da Empresa Individual de Responsabilidade Limitada.

Para tanto, firma em ato contínuo, Ato constitutivo de Empresa Individual de Responsabilidade Limitada.

ATO CONSTITUTIVO DE EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA POR TRANSFORMAÇÃO DE SOCIEDADE LIMITADA

REINALDO PEREIRA DA SILVA, brasileiro, casado pelo regime comunhão parcial de bens, contador, nascido em Campo Grande em 24 de agosto de 1.978, CPF nº 805.184.431-91, portador

Av. Pres. Ernesto Geisel, 2.417 – Vila Afonso Pena Jr – CEP: 79006-820 Campo Grande-MS
Fone/Fax: (67) 3331-5839/3027-5839 E-mail contato@agmcontabilidade.com.br



da cédula de identidade RG sob o nº 791.846 SSP/MS, CRC MS-006811/O-8, residente e domiciliado à Av. Presidente Ernesto Geisel, nº 2.417, Vila Afonso Pena Jr., CEP: 79.006-820 Campo Grande/MS. Constitui uma Empresa Individual de Responsabilidade Limitada, sob as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - A empresa girará sob o nome empresarial. **AGM CONSULTORIA CONTÁBIL EIRELI** e terá sede e domicílio na Av. Presidente Ernesto Geisel, nº. 2.417, Vila Afonso Pena Jr, CEP: 79.006-820 Campo Grande – MS

CLÁUSULA SEGUNDA - O capital é de R\$ 78.800,00. (SETENTA E OITO MIL E OITOCENTOS), totalmente integralizado em moeda corrente do País.

Parágrafo único – a responsabilidade do titular é limitada ao capital integralizado.

CLÁUSULA TERCEIRA – A empresa tem por objeto a prestação de serviços de:

- a) Prestação de serviços de escritório de contabilidade;
- b) Prestação de serviços de digitação, serviços de apoio administrativos, fotocópias e de processamento de dados;
- c) Prestação de serviços de instalação e manutenção de computadores, periféricos e de máquinas e equipamentos de segurança;
- d) Comércio varejista de roupas, acessórios e artigo do vestuário;
- e) Comércio varejista de computadores e periféricos;
- f) Comércio varejista de máquinas e equipamentos de segurança;
- g) Comércio varejista de peças e acessórios para motocicletas e veículos automotores;
- h) Comércio varejista de tintas, materiais de pintura e de materiais de construção em geral.

CLÁUSULA QUARTA - A empresa iniciou suas atividades em 15/08/2001 e seu prazo de duração é indeterminado.

CLÁUSULA QUINTA - A administração da empresa será exercida por **REINALDO PEREIRA DA SILVA** que ficará incumbido de exercer todos os atos pertinentes e necessários ao exercício das atividades ora assumidas, bem como, de representá-la judicial e extra-judicialmente, ativa e passivamente perante todas as repartições e instituições financeiras, vedado, no entanto, o uso do nome empresarial em atividades estranhas ao interesse social.

Cláusula Sexta – Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, o administrador procederá à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo-lhe os lucros ou perdas apurados.

Cláusula Sétima – O Titular – Administrador **REINALDO PEREIRA DA SILVA** declara, sob as penas da Lei:

Parágrafo Primeiro – Não possuir ou ter sob sua titularidade, nenhuma outra empresa nos moldes do EIRELI, em qualquer parte do território nacional;


Av. Pres. Ernesto Geisel, 2.417 – Vila Afonso Pena Jr – CEP: 79006-820 Campo Grande-MS
Fone/Fax: (67) 3331-5839/3027-5839 E-mail contato@agmcontabilidade.com.br



Parágrafo Primeiro – Não possuir ou ter sob sua titularidade, nenhuma outra empresa nos moldes do EIRELI, em qualquer parte do território nacional;

Parágrafo Segundo – Não estar impedido de exercer a administração da empresa, por lei especial ou em virtude de condenação criminal ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou à propriedade.

Campo Grande, 29 de janeiro de 2015.


REINALDO PEREIRA DA SILVA
Titular - Administrador



Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA	
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 04.636.037/0001-61 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 29/08/2001
NOME EMPRESARIAL AGM CONSULTORIA CONTABIL EIRELI - ME			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) AGM CONSULTORIA CONTABIL			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 69.20-6-01 - Atividades de contabilidade			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 43.21-5-00 - Instalação e manutenção elétrica 95.12-6-00 - Reparação e manutenção de equipamentos de comunicação 47.51-2-01 - Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática 47.81-4-00 - Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios 47.89-0-99 - Comércio varejista de outros produtos não especificados anteriormente 63.11-9-00 - Tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e serviços de hospedagem na internet 82.19-9-01 - Fotocópias 95.11-8-00 - Reparação e manutenção de computadores e de equipamentos periféricos 82.19-9-99 - Preparação de documentos e serviços especializados de apoio administrativo não especificados anteriormente 45.41-2-05 - Comércio a varejo de peças e acessórios para motocicletas e motonetas 45.30-7-03 - Comércio a varejo de peças e acessórios novos para veículos automotores 47.41-5-00 - Comércio varejista de tintas e materiais para pintura 47.44-0-99 - Comércio varejista de materiais de construção em geral 82.11-3-00 - Serviços combinados de escritório e apoio administrativo			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 230-5 - Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (de Natureza Empresári			
LOGRADOURO AV PRESIDENTE ERNESTO GEISEL		NÚMERO 2417	COMPLEMENTO
CEP 79.006-820	BAIRRO/DISTRITO VILA AFONSO PENAJR	MUNICÍPIO CAMPO GRANDE	UF MS
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE (67) 3027-5839	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia 19/06/2017 às 16:44:20 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



AUTO DE INFRAÇÃO - MODELO I

Multa por Atraso na entrega da Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social - GFIP

1 - IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE

CNPJ: 04.636.037/0001-61	Jurisdição: 0140100 - CAMPO GRANDE - MS
Nome: AGM CONSULTORIA CONTABIL EIRELI - ME	
Endereço: AVENIDA PRESIDENTE ERNESTO GEISEL 2417	
VILA AFONSO PENAJR - CAMPO GRANDE - MS - 79.006-820	

2 - DADOS DA DECLARAÇÃO E DEMONSTRATIVO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO (ANO-CALENDÁRIO 2012)

Competência	Prazo Entrega	Data Entrega	Meses de atraso	Número de controle da 1ª GFIP entregue	NºGFIPs na Competência	Base de Cálculo da Multa (BCM)*	Percentual aplicado	Valor da Multa (BCM x Percentual x 50%) ou Valor Mínimo
1	**/**/****	**/**/****	**	*****-*	**	***.***.***.***	***%	***.***.***.***
2	**/**/****	**/**/****	**	*****-*	**	***.***.***.***	***%	***.***.***.***
3	**/**/****	**/**/****	**	*****-*	**	***.***.***.***	***%	***.***.***.***
4	07/05/2012	12/07/2012	03	Cv0G9ZmM8Qi0000-0	01	821,82	6%	500,00
5	**/**/****	**/**/****	**	*****-*	**	***.***.***.***	***%	***.***.***.***
6	**/**/****	**/**/****	**	*****-*	**	***.***.***.***	***%	***.***.***.***
7	**/**/****	**/**/****	**	*****-*	**	***.***.***.***	***%	***.***.***.***
8	**/**/****	**/**/****	**	*****-*	**	***.***.***.***	***%	***.***.***.***
9	**/**/****	**/**/****	**	*****-*	**	***.***.***.***	***%	***.***.***.***
10	**/**/****	**/**/****	**	*****-*	**	***.***.***.***	***%	***.***.***.***
11	07/12/2012	26/04/2013	05	LU0qcJ0nmft0000-5	01	704,07	10%	500,00
12	**/**/****	**/**/****	**	*****-*	**	***.***.***.***	***%	***.***.***.***
13	31/01/2013	05/09/2013	08	FMmEGph8TxZ0000-5	01	533,83	16%	500,00
Valor total da multa devida								1.500,00

*A Base de Cálculo da Multa (BCM) corresponde ao montante das contribuições informadas na(s) GFIP(s) resultante do somatório do "Total" das rubricas "Segurado" (empregados/avulsos + contribuintes individuais) e "Empresa" (empregados/avulsos + contribuintes individuais + RAT + RAT agentes nocivos + valores pagos a cooperativas + comercialização de produção + eventos desportivo/patrocínio)

3 - DESCRIÇÃO DOS FATOS E FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Descrição dos fatos: A entrega da Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social - GFIP fora do prazo fixado na legislação enseja a aplicação de multa correspondente a 2% (dois por cento) ao mês-calendário ou fração, incidente sobre o montante das contribuições informadas, conforme "Comprovante de Declaração das Contribuições a Recolher à Previdência Social e a Outras Entidades e Fundos por FPAS", ainda que integralmente pagas, respeitados o percentual máximo de 20% (vinte por cento) e os valores mínimos de R\$ 200,00, no caso de declaração sem fato gerador, ou de R\$ 500,00, nos demais casos. A multa cabível foi reduzida em 50% (cinquenta por cento) em virtude da entrega espontânea da declaração, exceto no caso da multa aplicada ter sido a multa mínima. No caso de entrega de mais de uma GFIP em atraso com chaves distintas por competência, a base de cálculo corresponde à soma dos montantes das contribuições informadas nessas GFIP, abrangendo todos os números de inscrição do sujeito passivo, exceto as GFIP com os códigos de recolhimento nº 130, 135, 608 e 650.

Enquadramento Legal: Art. 32-A da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, com redação dada pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009.

4 - INTIMAÇÃO

Fica o contribuinte acima identificado INTIMADO a recolher ou impugnar o presente crédito tributário no prazo de trinta dias contados da ciência deste Auto de Infração. A impugnação deve ser dirigida ao Delegado da Receita Federal do Brasil de Julgamento e protocolada na unidade da Secretaria da Receita Federal do Brasil de sua jurisdição, conforme disposto nos artigos 5º, 15, 17 e 23 do Decreto nº 70.235, de 06 de março 1972, e alterações posteriores. Será concedida redução de 50% (cinquenta por cento) para o pagamento à vista no prazo de trinta dias contados da ciência deste auto ou de 40% (quarenta por cento) para pedidos de parcelamento formalizados dentro deste mesmo prazo (Art. 6º da Lei nº 8.212, de 29 de agosto de 1991, com redação dada pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009).

5 - AUDITOR - FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL E DADOS DA LAVRATURA

	Nome: EDSON ISHIKAWA	
	Matrícula SIPE/SIAPE: 76130	
Local: DRF - CAMPO GRANDE - MS	Data: 10/05/2017	Hora: 16:00

6 - DADOS PARA PREENCHIMENTO DO DARF ATÉ A DATA DO VENCIMENTO

Código da Receita	Período de Apuração	CNPJ	Data de Vencimento	Valor do Principal
1107	31/12/2012	04.636.037/0001-61	30 dias contados da data de ciência	750,00

Para preencher o DARF via internet, acesse a opção "DARF" no menu "Onde Encontro", na página da RFB (www.receita.fazenda.gov.br)

N. do Auto de Infração: 0140100.2017.2121027
AR: 02105224



Consultoria Contábil

PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: AGM SERVIÇOS LTDA - ME, inscrito no CNPJ sob o nº. 04.636.037/0001-61, situada a Av. Presidente Ernesto Geisel nº. 2417, Vila Afonso Pena Junior, Campo Grande/MS, CEP: 79006-820, representado pelo Socio: **Reinaldo Pereira da Silva**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº. 791.846 SSP/MS, inscrito no CPF/MF sob o nº. 805.184.431-91, residente e domiciliado a Av. Presidente Ernesto Geisel, 2417, Vila Afonso Pena Junior, Cep: 79006-820 Campo Grande- MS.

OUTORGADO: ANDRÉ AFONSO VIEIRA, brasileiro, solteiro, portador da cédula de Identidade RG 908.517 SSP/MS, inscrito no CPF 715.933.571-68, com endereço comercial sito à Av. Presidente Ernesto Geisel, 2.417, Vila Afonso Pena Jr, - Campo Grande-MS
AVENIR HENRIQUE GOMES DA SILVA, brasileiro, solteiro, portador da cédula de Identidade RG 879249 SSP/MS, inscrito no CPF 798.141.071-15, com endereço comercial sito à Av. Presidente Ernesto Geisel, 2.417, Vila Afonso Pena Jr, Campo Grande-MS

FINALIDADE E PODERES:

Através deste instrumento, confere-se ao **outorgado** plenos poderes para, isoladamente, represente a **outorgante** no Estado de Mato Grosso do Sul perante o CREA-MS, JUCEMS - Junta Comercial do Estado de MS, RFB - Receita Federal do Brasil, SEFAZ-MS - Secretaria de Estado de Fazenda, Caixa Econômica Federal (FGTS), MPAS (INSS), Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, MTE - Ministério do Trabalho e Emprego, Prefeitura Municipal de Campo Grande - MS, podendo para tanto praticar todos os atos necessários perante os órgãos elencados acima, para o bom e fiel cumprimento deste mandato, além do atendimento as obrigações principais e acessórias Federais, Estaduais e Municipais; podendo para tanto, assinar documentos, efetuar pagamentos, parcelamentos, baixa, receber e dar quitação, além de dar entrada e retirar certidões negativas de débito, extratos, Aids, alvara, efetuar pesquisas cadastral e o que mais for necessários para o bom e fiel cumprimento deste mandato.

Campo Grande, 14 de Outubro de 2008.

**S. TADK****AGM SERVIÇOS LTDA - ME****CÓPIA SIMPLES**

SERVIÇO NOTARIAL - TABELIÃO: HÉLIO GIUGNI DE OLIVEIRA
Rua Cândido Mariano, 1797 - Campo Grande - MS / Fone: (67) 3384-2714 - CEP: 79002-205
RECONHECIMENTO A FIRMA POR SEMELHANÇA DE:
REINALDO PEREIRA DA SILVA

Conforme cartão(ões) N.º(s): 25883
Campo Grande-MS
Em Teste
Renata de Oliveira Boncivalves - Escrevente Extrajudicial
14/10/2008
da verdade

SERVIÇO NOTARIAL

VALIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE SEM EMENDAS E/OU RASURAS

Av. Pres. Ernesto Geisel, 2.417-Vl. Afonso Pena Jr-CEP: 79006-820-Sede Própria-Campo Grande-MS
Fone/Fax: 67 3331-5839/30275839 E-mail agmcontabilidade@terra.com.br

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTERIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITACAO

NOME: ANDRÉ APOHEO VIEIRA
DOC. IDENTIFIC. (CPF, RG, PASSAPORTE): 908217-7
DATA NASCIMENTO: 17/09/1979
FILIAÇÃO: MARIO DOS SANTOS VIEIRA
MARIA HELENA APOHEO VIEIRA
PROFISSÃO:
HABILITACAO: 08/09/1998
CATEGORIA: A
OBSERVAÇÃO:
Assinatura: André Apheo Vieira
LOCAL: CAMPO GRANDE, MS
DATA DE EMISSÃO: 09/19/2014
Nº DE EMISSÃO: 6764961574
Nº DE REGISTRO: MSB24005413
DETRAN-MS (MATO GROSSO DO SUL)

979132276

CÓPIA SIMPLES



Ministério da Fazenda

PÁGINA DE AUTENTICAÇÃO

O Ministério da Fazenda garante a integridade e a autenticidade deste documento nos termos do Art. 10, § 1º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001 e da Lei nº 12.682, de 09 de julho de 2012.

Documento autenticado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001. Corresponde à fé pública do servidor, referente à igualdade entre as imagens digitalizadas e os respectivos documentos ORIGINAIS.

Histórico de ações sobre o documento:

Documento juntado por LUCIENE SUEKO YOZA LEME em 23/06/2017.

Documento autenticado digitalmente por PAULO JORGE MENDES BACHA em 19/06/2017.

Documento assinado digitalmente por.

Esta cópia / impressão foi realizada por AGM CONSULTORIA CONTABIL EIRELI em 25/06/2018.